

**Carlos Costa****Jornalismo,
substantivo que dispensa adjetivos****RESUMO**

Esse artigo é uma reflexão crítica sobre a atual tendência entre os pesquisadores da comunicação em criar subdivisões ou novas categorias, adjetivando o jornalismo, atividade que é fundamentalmente substantiva. Há um excesso de “jornalisms” (público, cidadão, humano, ecológico, gastronômico), numa espécie de criação de franquias. O momento atual pede muito mais um resgate dos grandes valores do exercício da profissão, como a seriedade, o rigor com a informação, o uso do contraditório, a contextualização.

Palavras-chave: jornalismo; consciência crítica; formação do profissional; rigor na apuração.

ABSTRACT

This article is a critical reflection on the current trend of academic thinkers to create subdivision or new categories for the practice of journalism – an activity that is fundamentally substantive. There is an excess of “journalisms” in the academic studies (public, citizen, human, ecological, gastronomic), a kind of creation of franchises. The current situation of the journalism job demands a rescue of great values as professionalism, serious research and contextualization. The academy would provide more service adopting these rigors for its own production and its journals and conferences.

Keywords: journalism; critical awareness; professional training; rigorous research.

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), é diretor da Faculdade Cásper Líbero. Autor do livro *A revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro* (Alameda 2012).

Foto_Evandro Teixeira

O ideograma chinês para a palavra crise, costumava repetir Roberto Civita, então presidente da Editora Abril, seria a soma de dois outros caracteres: o de risco e de oportunidade. Usei muitas vezes essa citação até descobrir que há um equívoco na sua formulação. Não vem muito ao caso explicar aqui o equívoco. O certo é que, muito usada em palestras e livros motivacionais, essa referência teria origem num discurso pronunciado pelo presidente americano John Kennedy em 1959. Disse ele: “Quando escrita em chinês, a palavra crise é composta por dois caracteres; um representa crise; o outro, oportunidade”. Mesmo não sendo correta, a ideia é ótima.

É truísmo repetir que o jornalismo está em crise¹. E é ainda mais óbvio que agora é a oportunidade de discutir o seu papel, seu futuro e as linhas de trabalho para quem tem como missão formar novos jornalistas e comunicadores. Que tipo de mediadores queremos preparar para a vida, para o exercício da cidadania e para o mercado? Como formador, essa questão tem permeado muitas das minhas leituras e reflexões. Tentarei aqui dar mais um passo nessa direção.

1. JORNALISMO SUBSTANTIVO

A pergunta fundadora dessa discussão é “o que é o jornalismo?”. Já abordei essa questão em um texto recente (Costa, 2015), mas vale voltar a ela. Ter clareza sobre o que é o jornalismo é fundamental para dar as respostas às tantas questões que se colocam nesse momento de crise e de transformações.

Há muitas definições sobre o que é o jornalismo. A mais repetida é a frase erroneamente atribuída ao jornalista e escritor inglês George Orwell (pseudônimo de Erik Arthur Blair, 1903-1950): “Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”. A foto principal da comunidade “Por um Novo Jornalismo” no Facebook é uma reprodução, datilografada, dessa frase. Mas foi não exatamente com essas, mas com outras palavras,

1 Há uma ampla bibliografia sobre o tema: embora a crise do jornalismo tenha nascido com ele, a radical mudança de paradigma com a chegada das mídias digitais exacerbou o problema. *Questões para um jornalismo em crise*, obra organizada por Rogério Christofolletti (Insular, 2015) aborda bem o que se está falando aqui.

a sentença cunhada por William Randolph Hearst (1863-1951), magnata americano da imprensa em quem o cineasta Orson Welles (1915-1985) se inspirou para criar o clássico filme *Cidadão Kane*, de 1941. A frase é dele, portanto.

Millôr Fernandes (1923-2012) também lapidou outra definição: “Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e molhados”. *A lista é grande. E poderia incluir a frase do diplomata e político americano Adlai Stevenson II (1900-1965): “Um editor de jornal é alguém que separa o joio do trigo. E publica o joio”. Uma citação que não chega a definir o que é o jornalismo, mas serve como brincadeira, como as muitas que se faz sobre médicos, juízes ou advogados. Ou seja, são frases de efeito. Prefiro a conceituação dada pelo jornalista Clóvis Rossi, logo no primeiro parágrafo da introdução do livrinho *O que é o jornalismo*, da Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense. Sem nenhuma pretensão acadêmica, Rossi escreve que o jornalismo é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos – leitores, telespectadores ou ouvintes.*

Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva – a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa (Rossi, 2005, p. 7).

A constatação seguinte é entender que nos dicionários a palavra jornalismo é classificada como um substantivo. Há nos últimos tempos uma perda substancial de tempo de alguns estudiosos em adjetivar o jornalismo. Coleciono algumas dessas “variedades”, que vão desde as tradicionais editorias como “esportes” (daí o “jornalismo esportivo”), “economia”, “política”, “saúde”, “gastronomia”, “moda”, entre tantas seções que os jornais criaram a partir da segunda metade do século XX, até preocupações mais recentes (infelizmente), como “cidadania”, “meio ambiente”, “informática”, “comunidade” e “catástrofes”, entre outras. São todas também palavras substantivas. Essa preocupação em demarcar

ou setorizar a cobertura jornalística em editorias foi consolidada com a revista *Life*, em sua fase a partir de 1936, sob a batuta do grande editor americano Henry Robinson Luce².

Luce criou essa departamentização para imprimir credibilidade à sua revista. Uma equipe da editoria de saúde, por exemplo, podia contar com um repórter, um fotógrafo, um pesquisador, um consultor da área de medicina, para publicar textos relevantes e confiáveis.

Um bom exemplo desse modelo de jornalismo é mostrado no filme *Spotlight, Segredos Revelados*, lançado em novembro de 2015, em cartaz no Brasil no início de 2016. Escrito por Josh Singer e Tom McCarthy e dirigido por este, *Spotlight* é uma aula fundamental de jornalismo. Baseado em fatos reais, retrata a seriedade da apuração realizada para o jornal *The Boston Globe*, pela mais longeva equipe de investigação de um periódico americano. A cobertura realizada pela equipe Spotlight apurou os casos de abuso sistêmico de crianças por padres católicos da diocese de Boston, removidos de suas paróquias quando havia algum indício de escândalo. A equipe ganhou o prêmio Pulitzer em 2003 na categoria Serviço Público. O filme teve seis indicações para o Oscar. Ganhou dois: roteiro original e melhor filme. Fica clara, no filme, a importância do trabalho do pesquisador, que descobre nos porões do jornal os anuários da diocese, permitindo acompanhar ano a ano a movimentação dos padres pedófilos pelas diferentes paróquias da região de Boston, sem qualquer punição.

Essa criação de editorias teve um objetivo: a credibilidade. Afinal, um engenheiro químico que leia numa revista uma reportagem sobre uísque em que

2 Fundada em 1883 por John Ames Mitchell, a revista *Life* foi editada semanalmente até 1936, tendo algumas de suas capas ilustradas pelo legendário Norman Rockwell (que depois imprimiu seu estilo na *Saturday Evening Post*). A revista chegava à década de 1930 já meio decadente e teve seu título comprado (por um preço não tão camarada como se costuma dizer) pelo criador da revista *Time*, Henry Luce. Relançada em 23 de novembro de 1936 como uma revista de fotojornalismo, por meio século a publicação foi uma referência mundial, chegando a vender em algum momento 13 milhões de exemplares (a revista fechou com a edição de 29 de dezembro de 1972, detonada pela televisão, que trazia os fatos em imagens em movimento). O título continuou com diversas versões, com edições mensais, depois suplemento semanal de uma rede de jornais, até 2007. *Life* foi a revista ilustrada mais importante do século XX.

o processo de fermentação e destilação é explicado erroneamente pelo autor, poderá desconfiar das demais informações dessa publicação. A investida de Henry Luce foi justamente apostar na busca da consistência da informação e de sua credibilidade³. Quase todas as publicações semanais ilustradas, que tiveram o auge no período após a Segunda Guerra Mundial, seguiram esse modelo de setorização de suas coberturas.

2. JORNALISMO CÍVICO OU JORNALISMO PÚBLICO?

Mas o fato novo não é essa racionalização da cobertura, mas a invenção de grifes que ocorre hoje nos estudos sobre o jornalismo. E há para todos os gostos, como se verá a seguir. Não vem ao caso publicar a lista de “jornalisms” que colecionei nos últimos meses. Além das tradicionais denominações de político, esportivo, econômico, policial, há cada vez mais novas designações, como ambiental, colaborativo, cidadão, comunitário, compreensivo, público, cívico, e toda uma ladainha de “jornalisms”. Causa espanto ler a expressão “jornalismo de qualidade”, como ocorre quando se lê “educação de qualidade”. Como se fosse admissível jornalismo ou educação sem qualidade. Talvez o caso mais chocante – se coubesse ainda essa sensação nos tempos atuais, em que nada mais nos choca (“Vivo e não vejo tudo”, foi a frase costumeira do Vô Ivo, personagem de São Jerônimo da Serra, no Paraná, que cito com frequência) – seja a designação de “jornalismo humano”; afinal, haveria um jornalismo animal, vegetal ou mineral?

Há pouco menos de três anos, numa das mesas de que participei como moderador ao lado da colega e professora Simonetta Persichetti, no Interprogramas de Mestrado em Comunicação, promovido pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, tropeçamos com essa designação afirmada com insistência por um pesquisador que tinha como

3 Ironicamente, um dos motivos da perda de credibilidade de *Life* foi ter apoiado em 1972 o escritor Clifford Irving, de quem comprara os direitos de serialização de uma autobiografia do mítico aviador, cineasta e milionário Howard Hughes (1905-1976), quando depois se descobriu que a biografia não passava de uma criação fraudulenta.

objeto de pesquisa as crônicas da premiada jornalista Eliane Brum. Todo o respeito pelo estilo despojado da jornalista, que ao longo de quase trinta anos de reportagem fez jus a mais de quarenta prêmios. Mas por que a necessidade de a qualificar como um ícone do “jornalismo humano”? Jornalismo é jornalismo. Ponto final.

O universo de estudiosos no campo da comunicação sofre de uma série de problemas. Destaco dois. Um é a necessidade e pressão por publicar, para engordar o currículo publicado na Plataforma Lattes, base virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI, que acaba de ser rebatizado com mais um C, o da Comunicação). Além da necessidade de publicar muito para turbinar a folha de serviços, o outro problema que destaco é o do melindre. Para boa parte dos pesquisadores na área da Comunicação (que é a que conheço), tudo parece ser uma ação entre amigos. Ninguém quer assumir o papel do menino que apontou que “o rei estava nu”.

Vamos nos deter no primeiro problema, a excessiva preocupação com escrever e publicar artigos para encorpar o Currículo Lattes. Dois trabalhos, entre muitos outros, já discorreram sobre isso. Um de pequeno fôlego, talvez mais irônico, é quase uma crônica. De autoria de Marcelo Spalding, faz a colocação “Quanto custa recheiar seu Currículo Lattes” e enumera os gastos com passagens, hospedagens em congressos e pagamento de taxas, para realizar uma apresentação de 10 minutos perante uma plateia de meia dúzia de pesquisadores (presentes ali para fazer sua apresentação). Não há debate, como regra, não há troca de bibliografias (Spalding, 2009). A quantidade de inscritos dificulta esse enriquecimento. Quem participou de alguns congressos sabe sobre o que escrevo. O segundo trabalho que destaco é “O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação *stricto sensu*: uma ameaça à solidariedade entre pares?”, escrito pelos pesquisadores Roberto Patrus, Douglas Dantas e Helena Shigaki, dois doutores e uma mestra da PUC Minas. Esse alentado *paper* de 18 páginas mergulha fundo na política de mensuração quantitativa adotada pela

Capex e algumas de suas consequências. Uma dentre elas é a necessidade de criar conceitos novos⁴ – como a febre de adjetivação do jornalismo, que é o tema que nos ocupa agora.

Essa supervalorização da produção acadêmica tem gerado um descaso com a qualidade do que é produzido e isso é refletido na falta de compromisso com o avanço e aprofundamento do conhecimento. Tal fato pode ser observado na quantidade de publicação de professores. Pesquisa a partir de dados publicados pela Capex nos permitiram encontrar um professor da área de Administração que chegou a publicar 52 trabalhos no período de um ano, divididos em artigos de periódicos, anais de eventos e capítulos de livros. [...] Um único professor produzir 52 trabalhos em um ano, ou 4,3 por mês, é um dado que merece ser objeto de análise. (Patrus, R; Dantes, D. Shigaki, H, 2015, p. 6).

Vamos ao problema do melindre: o corporativismo impede que se façam críticas. Tudo está ótimo. Quase ninguém ousa citar nomes em suas críticas, comportando-se como o Cândido de Voltaire no melhor dos mundos possíveis. Esse melindre faz lembrar um importante filme da diretora argentina María Luisa Bemberg (1922-1995), *De Eso No Se Habla*. O filme, lançado em 1993⁵, com Marcelo Mastroiani em papel protagonista, trata da vida de uma cidadezinha, San José de los Altares, no interior estancieiro argentino nos anos 1930 e de uma comerciante viúva e autoritária, que não aceita a realidade: sua filha é uma anã. E não admite nenhuma referência a esse fato que nega. Todo seu entorno se comporta como se não presenciasse o óbvio: afinal, sobre isso (a deformidade da filha da estancieira) não se fala. Adianto esse comentário para esclarecer que, na argumentação sobre essa busca de “ismos” desnecessários que compõe o tema desse artigo, citarei alguns trabalhos específicos, identificando as fontes, com todo o respeito de uma mirada crítica – que é o que esse texto propõe.

Vamos a dois exemplos, recolhidos numa busca por trabalhos acadêmicos que tratam de adjetivar o

4 Sobre esse tema, o editor dessa publicação, Rafael Grohmann, recomenda o livro *O fetichismo do conceito*, de Luís de Gusmão (2012).

5 O filme pode ser visto, numa cópia de muito má qualidade, no YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Fk-4snPox3w>.

jornalismo. Para chegar a esses dois exemplos, realizei uma pesquisa em acervos de teses, como o da Capex⁶ e o de algumas universidades, além das buscas tradicionais no Google, uma prática incorporada ao trabalho como pesquisador. Não li todos os trabalhos, desnecessário dizer. Mas alternei consultas mais demoradas com outras rápidas olhadas. Finalmente, decidi escolher dois textos que trabalham a designação “jornalismo público”.

O primeiro é retirado de um artigo do especialista Paulo Celestino da Costa, filho, “Jornalismo público: por uma nova relação com os públicos”, publicado na *Organicom, Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* (ano 3, número 4, 1º semestre de 2006, páginas 124 a 141). O segundo exemplo é o texto, “A importância do Jornalismo de Qualidade na redução de riscos e desastres”, da pesquisadora Juliana Frandalozo Alves dos Santos, bacharel e mestre em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, publicado na revista *Razón y Palabra*, vol. 17, nº 79, mayo-julio de 2012, do Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, México. O primeiro ocupa 17 páginas, numa diagramação que inclui um desenho algo tosco na primeira e diversos espaços em branco com sinais gráficos “embelezando as páginas”; o segundo também ocupa 17 páginas, sem numeração, com uma diagramação que usa o recurso da “linha d’água” (imagens, no caso letras, em semitom, que decoram as páginas, atrapalhando a leitura, num grave erro de design. O que não é culpa da autora, mas dos editores da publicação mexicana). Conto com a compreensão dos dois pesquisadores citados, pelas citações que seguem:

Os últimos anos da década de 1980 trouxeram à cena, nos Estados Unidos, uma nova proposta para o jornalismo. Em um tom quase revolucionário, muitos dos novos procedimentos eram muito diferentes da tradicional prática. Esse “novo jornalismo” se baseava na reavaliação dos valores essenciais do jornalismo, contestando o *status quo* dos produtores de notícias. Para o professor Nelson Traquina, de Portugal, esse é um dos mais importantes movimentos do jornalismo nos últimos 30 anos. Essa nova proposta é conhecida por diferentes nomes: “jornalismo

6 O Banco de Teses & Dissertações da Capex (<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>) retorna 44.140 registros para o termo: Jornalismo Público, para ficar apenas num exemplo.

comunitário” (Craig, 1995), “jornalismo de serviço público” (Shepard, 1994); “jornalismo cívico” (Lambeth e Craig, 1995). Mas, para Traquina, a centralidade do termo “cidadão”, em sua proposta, o leva a preferir a designação “Jornalismo Cívico” (Traquina, 2001). Porém seus principais teóricos nos Estados Unidos utilizam Jornalismo Público (Rosen, 1994, Merrit, 1995), termo ao qual vamos nos ater daqui por diante (Costa, filho, 2006, p. 128-129).

Agora, reproduzo a citação de um trecho do segundo artigo, da pesquisadora Juliana Santos, sem correção das vírgulas utilizadas ou omitidas imprópriamente por ela:

No final dos anos 80, começou, nos Estados Unidos, um movimento que pretendia trazer mais cidadania para o jornalismo em um contexto de descrédito da imprensa e frustração em relação à superficialidade da cobertura das eleições presidenciais nos EUA naquele período (Traquina, 2003). Um dos precursores do movimento, David Merrit, propôs uma revitalização da vida pública como forma de revitalizar o próprio jornalismo (1977). Traquina (2003) reuniu em um livro vários artigos sobre o movimento, que recebe diferentes nomes: jornalismo comunitário (Craig, 1995); jornalismo de serviço público (Shepard, 1994); jornalismo público (Rosen, 1994; Merrit, 1995) e jornalismo cívico (Lambeth e Craig, 1995). Todos os nomes se referem, a princípio, ao mesmo conceito, diferindo na semiótica, o que favorece, portanto a adoção, neste artigo, de jornalismo cívico, tal qual Traquina. Para Rosen (1999) e Merritt (1997) o jornalismo tem papel fundamental no fortalecimento da democracia e o jornalismo cívico vem revitalizar essa função. A preocupação parte do princípio de que, o jornalismo depende de uma vida pública sadia e vice-versa, pois não importa o que fazemos como jornalistas, se as pessoas não estão atentas à vida pública e se preocupam apenas com seus interesses privados, não vão precisar de jornalistas ou de jornalismo (Merritt, 1997, tradução livre) (Santos, 2012, online).

São dois textos muito parecidos e certamente provindo da mesma fonte, talvez o próprio Nelson Traquina. Paulo Celestino Costa, filho, se refere a uma “reavaliação dos valores essenciais do jornalismo, contestando o *status quo* dos produtores de notícias”, sem contextualizar quais são os valores que considera essenciais, e qual o *status quo* na atual prática jornalística (a americana?, a brasileira?). Além disso, cita o comentário do professor Nelson Traquina

de que “esse é um dos mais importantes movimentos do jornalismo nos últimos 30 anos”, aceitando essa afirmação como fato já tramitado em julgado. Juliana Santos menciona o “descrédito da imprensa e a frustração em relação à superficialidade da cobertura das eleições presidenciais nos EUA naquele período”. Como o dado referido é a década de 1980, vejamos. Houve três eleições presidenciais “naquele período”. A de 1980, em que o enfraquecido presidente democrata Jimmy Carter perdeu o confronto com o ex-ator Ronald Reagan, o candidato republicano, por 49 contra 489 votos no Colégio Eleitoral⁷. Na eleição seguinte, a de 1984, Reagan derrotou o democrata Walter Mondale por 525 a 13 votos. Em 1988, George Bush (pai), vice-presidente de Reagan, bateu o democrata Michael Dukakis por 426 a 111 – a política liberal de Reagan e Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro”, estavam em alta no mundo “naquele período”. Que problemas de superficialidade de cobertura teriam sido os nomeados?

E o que tem o jornalismo brasileiro a ver com isso? Está aí uma boa questão a ser respondida.

3. O RIGOR NA APURAÇÃO E FINALIZAÇÃO

Na bibliografia apresentada no final dos dois trabalhos analisados, não constam os livros de diversos autores mencionados em ambos textos, autores como Craig, Shepard e Lambeth ou Lamberth (o autor é nomeado com diferente grafia em cada artigo). Merritt e Rosen são citados por sites, sendo que no caso do primeiro, ao buscar o link há o alerta de que o site não está mais disponível. Deduz-se que os autores não leram os pesquisadores citados em seus textos publicados em livro ou em revistas. O primeiro trabalho abusa no uso de citar um autor mencionado por outro (o recurso do “apud”). Há oito ocorrências no primeiro artigo citado, como “Habermas apud Castellanos (1999)”, na página 134. Três das oito citações são emprestadas de Castellanos, as cinco restan-

⁷ Carter foi vítima do desgaste com a operação Eagle Claw, em 24 de abril de 1980, quando o Exército americano tentou uma operação de resgate dos 53 americanos mantidos como reféns na Embaixada dos EUA no Irã, invadida por islâmicos em apoio à revolução do Aiatolá Khomeini. Os reféns permaneceram sequestrados 444 dias, de 4 de novembro de 1979 a 20 de janeiro de 1981.

tes são tiradas de Traquina. Enfim, algo até desculpável em jovens pesquisadores.

O recurso ao “apud” significa fonte de segunda mão. E é uma porta aberta para citações equivocadas ou fora de contexto. Ao elaborar um artigo sobre a análise visual da tela *Os Embaixadores*, de Hans Holbein, o Jovem (1497-1543), tela pintada em 1533 e hoje no acervo da National Gallery, em Londres, na pesquisa sobre o “estado da arte”⁸, encontrei uma dissertação de mestrado, aprovada numa universidade do Estado de São Paulo, em que identifiquei cinco graves erros de informação (entre eles o nome e o cargo de um dos embaixadores; uma confusão entre a reforma luterana e a separação da Igreja Anglicana, que não constituiu em si uma reforma como a de Martinho Lutero).

Juliana Santos, reitero a ela meu respeito, cita como último texto de sua referência bibliográfica um artigo online do professor Alfredo Vizeu, um dos notáveis que criaram a nova matriz curricular para o ensino do jornalismo: “O jornalismo e as ‘teorias intermediárias’: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD)”, de 2002. Novamente peço prévia desculpa ao professor Vizeu, mas me dei ao trabalho de buscar e ler seu trabalho e nele são citados diversos autores: Park (1972); McCombs, Shaw (1972); Schlesinger (1992); Thompson (1995); Moraes (1997). E nenhum desses autores nomeados no texto principal consta da relação das referências bibliográficas. Quem é Park? Quem é Moraes? Moraes é o Vinicius? Que livros eles publicaram em 1972⁹ ou em 1997?

Está aqui outro dos “problemas” ou vícios de muitos estudiosos: a falsa familiaridade de citar apenas o sobrenome do autor no corpo do texto, esquecendo uma das regras clássicas do jornalismo, a de apresentar e qualificar a fonte. “Park (1972)”: o Google apre-

⁸ Essa pesquisa inicial é um importante passo na produção de um trabalho acadêmico, pois realiza um levantamento do que já foi escrito sobre o tema, para evitar que o autor venha a repetir um trabalho já feito.

⁹ Um dos ensaios (“A Notícia como Conhecimento”), do livro de Robert Park, *Essays in Sociology*, publicado em 1940 pela University of Toronto Press, foi incluído na coletânea *Meios de Comunicação de Massa*, editada por Charles S. Steinberg em 1966, publicada no Brasil pela Cultrix em 1970 e reeditada em 1972.

ta 142.000.000 de resultados para a consulta a essa informação. Seria diferente e mais didático escrever: “O jornalista e sociólogo americano Robert Ezra Park (1864-1944), um dos ícones da Escola de Chicago, afirma que [...]”. O leitor fica sabendo sobre a importância, o gênero e a nacionalidade do autor citado.

Investi algum tempo para pesquisar os dados anotados nas notas de rodapé e nas informações dos parágrafos acima. Esse rigor com a apuração da informação correta vem das décadas de trabalho nas redações da Editora Abril. Nos anos 1980, a revista *Playboy* publicou um texto de Gabriel García Márquez em que o jornalista e escritor colombiano citava um local: Cayo Hueso. O editor deu por entendido, o redator chefe também, mas o diretor, Mario Escobar de Andrade, quis saber: que raio era esse Cayo Hueso? Naquele começo da década de 1980, sem Google e internet, o recurso eram os dicionários enciclopédicos como o *Petit Larousse* ou a própria *Enciclopédia Abril*. Ou a consulta ao Departamento de Documentação da empresa, o Dedoc. Mais de dois dias de buscas e nada. Finalmente, o preparador de textos matou a charada: Cayo Hueso era a versão castelhana para Key West, uma ilha no extremo sul da Flórida, distante apenas 157 quilômetros de Cuba.

A revista tinha, como apresentação de cada nova edição, a página inicial “Entre Nós”. Quase sempre eu a escrevia (era um resumo da edição, comentando sobre seus colaboradores, cujas fotos apareciam ao lado direito da coluna). A página era assinada eventualmente por mim ou por Mario (neste caso quando eu era autor de alguma reportagem e minha foto aparecia na coluna). Mario Escobar de Andrade quis que o esforço de pesquisa do preparador, cujo nome não consigo lembrar (e as pesquisas foram infrutíferas, peço desculpas a ele)¹⁰, fosse homenageado na carta do editor. Em geral dispunham-se de três ou quatro linhas para anunciar a matéria e introduzir seus autores (em alguns casos a produção era creditada para o fotógrafo/ilustrador e para o repórter). Tentei

¹⁰ Com esse artigo já entregue ao editor, uma troca de mensagens pelo Facebook com Ana Maria Moreno, com quem trabalhei em *Playboy*, levantou uma pista. Célio era o nome do preparador. Uma junção no Google das palavras Célio, *Playboy* e *Diário do ABC* (jornal em que trabalhara antes de *Playboy*) trouxe a notícia. Célio Franco de Godoy Júnior morreu aos 55 anos, em 2012. A ele, essa homenagem. Cf. <http://www.inconfidente.com.br/21726>.

o desafio: era quase impossível mencionar o artigo de Gabriel García Márquez e comentar que uma das palavras de seu texto ficara enalacrada (Cayo Hueso), mas que o criativo assistente fora capaz da descoberta. Fiz diversas tentativas de escrever o relato de modo tão telegráfico. Mario só se satisfaz com a oitava versão. Quem, entre os que leram esse relato até aqui, teve um professor ou um tutor de iniciação científica que exigiu oito reações de um trecho de artigo?

O que esse último relato tem a ver com o tema do artigo em andamento? É um reforço ao conceito de jornalismo substantivo. O rigor com a apuração, até de um simples detalhe (o que é Cayo Hueso?), é uma das grandes características do jornalismo substantivo. Ao escrever sobre o uso da turfa para produzir calor e germinar a cevada, um aprendiz decidiu que a palavra turfa estava errada e a substituiu por trufa. O equívoco se desfez em tempo, mas a omissão por procurar o significado de turfa foi explicada pelo aprendiz pela falta de tempo. “Falta de tempo é a desculpa daqueles que perdem tempo por falta de método”, sentenciou Albert Einstein.

Ainda um outro pequeno aparte, antes de voltar à trilha principal desse artigo, que é a adjetivação do substantivo masculino “Jornalismo”. Há nesta edição da *Parágrafo* uma entrevista com o professor José Manuel Pérez Tornero, da Universidade Autônoma de Barcelona, que ajudei a editar. Pérez Tornero emite um comentário com que concordo plenamente: “o pesquisador de comunicação que traz na bagagem anos de prática de campo, no exercício profissional como jornalista, produtor ou diretor de documentários para emissoras de televisão, tem uma visão enriquecida com as práticas, limitações e os códigos da profissão”. Entre nós, são poucos os acadêmicos que trazem essa bagagem. E discorrem sobre especificidades do exercício do campo profissional sem conhecimento de causa. Não viraram madrugadas com o estresse do fechamento de uma edição de revista ou passaram pela adrenalina de editar (cortar e emendar) trechos de falas de uma entrevista gravada em vídeo, minutos antes de ela ir para o ar.

A análise do currículo de boa parte de nossos pesquisadores revela preocupante ausência dessa

bagagem. Daí a comichão para abrir frentes de classificação e de tipologias. Mas voltemos ao tema da adjetivação do jornalismo, que é o que nos interessa: a constatação que a criação de grifes (seja o de “jornalismo cívico” ou “jornalismo público” ou ainda o citado “jornalismo humano”) não irá resolver os problemas que se colocam para professores e pesquisadores sobre a identidade, a missão e o futuro do exercício do jornalismo.

4. FORMAÇÃO HUMANA PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Num curso que ministrei há mais de meia década na Universidade Federal do Mato Grosso¹¹, a convite do amigo e ex-aluno Paulo Dias da Rocha, iniciei a discussão problematizando a conhecida frase de Gabriel García Márquez: “Todo jornalismo tem que ser investigativo, por definição”. Também disse então que essa era uma frase de efeito, que a investigação exigia preparo, planejamento, tempo, investimento (umas práxis que o já citado filme *Spotlight* mostrou tão bem). E que todos esses cuidados não são e nem deveriam ficar restritos ao jornalismo “investigativo”, por ser uma exigência do jornalismo em si. Se ele se quiser “substantivo”.

Dois exemplos recentes, de leituras ao acaso nesses dias prévios aos controvertidos jogos olímpicos que terão se realizado no Rio de Janeiro quando este artigo estiver online: a Rio 2016, e do tumultuado processo de desalojamento da presidente Dilma Rousseff, eleita no final de 2014.

Um desses exemplos é a designação “jornalismo fofo”, um belo achado do jornalista Maurício Stycer em seu comentário publicado em 24 de julho: “Série olímpica do JN expõe cinco pecados do jornalismo esportivo ‘fofo’”¹².

Às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio, a Globo está exibindo uma série de 16 reportagens no

11 Universidade Federal de Mato Grosso - Secretaria de Comunicação e Múltiplos. Curso sobre Jornalismo Científico - Módulo Reportagem Investigativa.

12 Acessado em 24 de julho de 2016. Disponível em <http://mauriciosstycer.blogosfera.uol.com.br/2016/07/24/serie-olimpica-do-jn-expoe-cinco-pecados-do-jornalismo-esportivo-fofo/>

“Jornal Nacional” dedicada a atletas olímpicos. Apresentada pelo repórter Pedro Bassan desde o último dia 11, é um exemplo do que chamo de jornalismo esportivo “fofo”, destinado a fazer o espectador se emocionar a qualquer custo. Escrevi a respeito no último domingo (17) na “Folha”, criticando a ênfase nas passagens poéticas das reportagens e na encenação teatral de algumas situações, além da omissão em relação à realidade das modalidades esportivas no Brasil. Comentando a reportagem de Bassan com [o atleta] Artur Zanetti, concluí [meu texto](#) assim: “Como a grande maioria das modalidades esportivas olímpicas, a ginástica olímpica brasileira padece de enormes e graves problemas, de todas as ordens. A trajetória de Zanetti, como se sabe, é um caso excepcional, que está longe de configurar regra. Nada contra louvar o desempenho do atleta, mas fazer isso com poesia e teatro, e não com bom jornalismo, pode até provocar lágrimas e angariar pontinhos no ibope, mas nada além disso” (Stycer, 2016, online).

E quais são os 5 pecados anunciados no título? Resumo o texto, que Stycer credita a um jornalista amigo, que enviou o semidecalogo pedindo anonimato. 1) **O primado da forma sobre o conteúdo**, com excesso de inserções de arte em 3D sem necessidade, uso de filtros para colorir artificialmente imagens, “embelezando”, além do excesso de importância atribuído à “passagem” (trecho em que o repórter põe a carinha no vídeo). 2) **A duração das reportagens**. Nove minutos só se explicam pelo fato de estarmos em julho, mês de noticiário fraco. Mas no dia do atentado de Nice, em 14 de julho, não derrubaram a reportagem de Bassan de 9 minutos, que ocupou quase o mesmo tempo da cobertura do atentado, um evidente erro editorial. 3) **A mania das “séries”**. Em televisão, onde é preciso encher muita linguça, a série é uma solução para as chefias¹³. Preenche “tempo de produção” e exige pouco raciocínio para criar, pois basta seguir o molde. 4) Falta de originalidade. Toda Olimpíada é a mesma coisa. Resulta em “perfilhões” que permitem a todo mundo “brilhar”: o repórter, que faz passagens bonitas; o produtor, que

13 Essa lição é antiga e foi usada à exaustão pela revista *O Cruzeiro*, que serializava histórias como a da Índia Diacuí, da tribo mato-grossense dos Kalapalos, que se casou em 1952 com o sertanista Aires Câmara Cunha, numa cerimônia apoteótica na igreja da Candelária, no Rio (tudo patrocinado pela revista *O Cruzeiro*). Diacuí acabou morrendo de parto. Ou, outro exemplo, o julgamento dos suspeitos pela morte da adolescente Aida Jacob Curi (1958). A revista de Assis Chateaubriand ganhou muito dinheiro com a serialização dessas histórias, muitas delas incrementadas pela imaginação de sua equipe.

viaja para entrevistar pai, mãe, cachorro, papagaio; o editor de imagem, que realiza uma edição caprichada e com tempo; o cinegrafista, que produz imagens top. 5) E o jornalismo? Em meio a tudo isso, o que menos importa é se a reportagem é relevante. E tome choro de pai e mãe, muita emoção (“TV é emoção”). Tocar em assuntos espinhosos, como doping, assédio sexual, fraude nas obras olímpicas, dinheiro malgasto no esporte? Jamais. Isso, sim, daria trabalho, comenta Stycer.

O outro exemplo é um veemente texto publicado pela professora Cilene Victor (“Declarações absurdas do ministro da Educação sobre o programa Ciência sem Fronteira”), no portal NCST – Nova Central, no dia 26 de julho. A professora comenta a fala do ministro da Educação publicada na mídia sem o contraponto, como se a fala da autoridade criasse a realidade. Escreve ela¹⁴: “Fala-se o que quer e a imprensa brasileira, por preguiça, desinformação ou desejo de promover o conflito, reproduz essas falas e garante a elas o eco necessário para entortar de vez a opinião pública”. E pontua que as declarações do ministro da Educação sobre o programa Ciência sem Fronteiras não só foram absurdas, como caluniosas e difamatórias.

“O ministro afirmou que os alunos de graduação eram enviados para o exterior, mas para universidades/cursos de terceira linha e que, com o valor dessas bolsas, o país conseguiria formar mais alunos em universidades privadas brasileiras”. Jornalismo declaratório é isso, pontua Victor, a fonte fala, você faz olho de surpresa (como personagem de novela), achando o máximo o que a fonte revelou, e simplesmente transcreve esses discursos, sem nenhuma apuração. “Afim de contas, neste caso, era uma autoridade – jornalista se sente seguro diante de fontes oficiais, de autoridades”, comenta. Ela continua:

Jornalismo não-declaratório, ou simplesmente jornalismo e não brincadeira de casinha, é aquele em que o jornalista divulga o nome dessas universidades de terceira linha e mostra que elas estão entre as melhores do mundo, com os seus

14 Acessado em 28/7/2016, disponível em http://www.ncst.org.br/subpage.php?id=19385_26-07-2016_declara-es-absurdas-do-ministro-da-educacao-sobre-o-programa-ciencia-sem-fronteiras#debates-e-opini-es.

laureados com o Prêmio Nobel, com reconhecimentos no campo da ciência, com laboratórios funcionando a todo vapor porque dispõem do mínimo que um pesquisador necessita para desenvolver seus projetos. Jornalismo não-declaratório é aquele que investiga quanto de dinheiro público foi repassado nos últimos governos para a iniciativa privada produzir diplomas que não são reconhecidos ou respeitados nem mesmo no Brasil. Raras exceções, muitas universidades privadas do país venderam sonhos do diploma para estudantes das classes C e D, sustentadas no discurso vazio de empoderamento pelo ensino superior. Isso demanda investigação sobre o ciclo de vida do dinheiro público nessas máquinas de produção de diploma instaladas de Norte a Sul. [...] O jornalismo declaratório não é apenas pobre em informação, ele é perigoso porque esconde da sociedade as envergaduras dos fatos e a dimensão da realidade (Victor, 2016, online).

Jornalismo fofo, declaratório – sobretudo esse último – são designativos críticos diante de postura muitas vezes ingênua de repórteres mal preparados por nossas instituições de ensino. A formação cultural aprofundada e multidisciplinar é o legado que os egressos de nossas escolas têm de levar para sua atividade profissional. Essa formação cultural dará ao formando as ferramentas básicas para entender, decifrar e explicar para seus leitores, espectadores ou ouvintes o livro do mundo.

O pensamento crítico que deve ser cultivado nas escolas de jornalismo capacita o estudante para saber ler os grandes temas da atualidade em perspectiva. Isso faz lembrar o que, em sala de aula, o saudoso professor Octavio Ianni (com que tive o privilégio de fazer um curso durante o mestrado) comentava utilizando a expressão “taquigrafar a realidade”. Ou seja, trazê-la para perto e interpretá-la, num olhar em perspectiva. Esse é o pulo do gato nesses tempos ociosos de *selfies* e de auto-exposição online. O que se persegue é o jornalismo substantivo, não as grifes já enumeradas acima.

Mas não é isso o que acontece. Em vez de estimular a busca de um olhar que privilegie a diversidade cultural, o que se privilegia é a popularização, a simplificação do que é em si complexo, o mínimo divisor comum, como já escrevi (Costa, 2015, p. 31). Nivelar por baixo é mais importante do que estimular a diversidade e a valorização da diferença cultural. Por

isso é indispensável valorizar a atividade do jornalista. Quanto maior o volume de informação disponível, mais necessidade teremos de jornalistas para interpretar e criar essas narrativas que deem conta do que acontece no mundo. Mas o que o modelo econômico prega hoje é justamente o contrário: que basta dominar algumas técnicas e ferramentas digitais e está tudo feito (Costa, 2015, p. 31).

Ao entrevistar o sociólogo francês Dominique Wolton, em julho de 2013, um dos melhores momentos da longa conversa foi quando falamos sobre a formação e a atuação do jornalista. “Essa é uma pergunta muito ampla”, respondeu. E numa panorâmica citou quatro pontos importantes a levar em conta ao pensar na formação desse profissional: 1) grande ênfase em estudos gerais, história, política, cultura, antropologia, sociologia, teorias da comunicação, disciplinas obrigatórias, muitas, muitas; 2) o pensamento crítico. Crítico, mas radical no sonho e contra o pesadelo das novas tecnologias; 3) pensamento econômico, sobre que novos modelos de negócio criar para os jornais, o rádio, a televisão e a internet, porque não existe esse modelo econômico no momento de hoje; e 4) sair, ver o mundo, ou seja, qual é o problema político que se impõe para os meios de comunicação na atualidade?

Nunca houve tantos atalhos, nunca houve tanta técnica como agora, nunca houve tanto volume de informação e o campo da informação vai se abrindo cada vez mais amplamente e ao mesmo tempo há o movimento contrário [gesto de contração]. Quer dizer, todo mundo diz cada vez mais as mesmas coisas. Eu, como tantos outros pesquisadores, imaginava há vinte anos que, quanto mais canais houvesse, mais diversidade teríamos, maior seria o leque de possibilidades. E o que ocorre é justamente o fenômeno contrário. Quanto mais canais novos aparecem, menor é a abrangência, mais restrito o que é noticiado. Há um afinilamento, todos copiam o que o vizinho faz. É sempre mais do mesmo. Isso é o fracasso. Por isso, é preciso que os jornalistas reajam contra esse estado de coisas. Foi exatamente por isso que reforcei, há pouco, colocando em primeiro lugar uma formação com ampla cultura geral. O jornalista irá precisar muito dela, para criar uma narrativa crítica sobre a realidade (Costa, Oliveira e Chapel, 2013, p. 20).

Ao finalizar aquela conversa, Wolton reforçou o

papel do jornalismo como salvaguarda da democracia: “Vocês são o fundamento dela”. Utilizando um referencial bélico, acrescentou: “Vocês são indispensáveis na revolução da informação; mais do que nunca, vocês são os soldados da democracia. Mas devem se rebelar contra a ideologia da técnica, contra a vulgarização”. Me atrevo a acrescentar: devem também evitar a perda de tempo em classificar e adjetivar o que é em si substantivo. Essa busca de “ismos”, de compartimentar ou criar tanta adjetivação para o jornalismo, é um caminho que, definitivamente, não trará as respostas que o exercício da profissão exige hoje com urgência. Para isso, a proposta é resgatar a seriedade da investigação, da correção da informação, usar o recurso do contraditório (ouvir a outra parte), cultivar a credibilidade. “Se as pessoas nunca perderem a confiança no jornalista, tudo será possível”, finaliza Wolton (Costa, Oliveira e Chapel, 2013, p. 21).

5. CLASSIFICAR PARA CAMUFLAR

Há certa ingenuidade no afã de segmentar o jornalismo, como se a cobertura de fatos culturais, para ficar apenas num exemplo, não envolvesse fortes interesses econômicos e políticos – a realidade é muito mais complexa. O debate sobre os desvios ocorridos com os recursos possibilitados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (a desmoralizada “Lei Rouanet”) demonstra isso à exaustão¹⁵. Além do casamento nababesco de um tal Felipe Amorim e Caroline Monteiro, em 25 de maio deste 2016 em um resort da capital catarinense, “destapado” pela Operação Boca Livre da Polícia Federal, quantos outros projetos “culturais” tiveram o aval do Ministério da Cultura? O citado casamento abischoitou em torno de R\$ 180 milhões de patrocínio cultural. Mas alguns projetos aprovados pelo Ministério da Cultura (extinto e logo repostos pelo governo interino de Michel Temer) permitiram arrecadação de R\$ 17.878.740,00 para o musical *Shrek*, em 2013; ou R\$ 5.800.000,00 para uma turnê de doze shows da cantora Claudia Leitte em

15 Por essa lei, projetos aprovados pelo Ministério da Cultura têm autorização de captar recursos de empresas, até um determinado limite. A empresa parceira do projeto abate o valor em sua declaração de renda com a Receita Federal. Em teoria a lei se destinaria a financiar a cultura.

idades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste naquele mesmo ano. Em meio ao festival de críticas que a medida recebeu, a artista amealhou “apenas” R\$ 1,2 milhão. Onde ficou a cultura nisso tudo?¹⁶ Ainda insistindo: pode haver jornalismo econômico que também não seja político? Ou jornalismo esportivo que não seja cultural ou político?

Voltamos, então, à colocação inicial. Jornalismo é jornalismo. Ponto final.

REFERÊNCIAS

BAMBERG, María L. *De eso no se habla*. Filme de 1993. Duração 106 minutos.

Acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=Fk-4snPox3w>

BRITO, Rosildo R. “Jornalismo público, como assim?”, In: *Observatório da Imprensa*, ed. 762, de 3/9/2013. Acessado em 27/7/2016, disponível em: HTTP://OBSERVATORIODAIMPRENSA.COM.BR/INTERESSEPUBLICO/ED762_JORNALISMO_PUBLICO_COMO_ASSIM/

COSTA, Carlos. A formação do jornalista: olhar crítico e contemporaneidade. In: COELHO, C., KUNSCH, D., MENEZES, J. *Jornalismo e contemporaneidade, um olhar crítico*. São Paulo: Plêiade, 2015, pgs. 13-33.

_____ Em debate, o papel do ensino de jornalismo e a atuação do jornalista hoje. *Libero*, revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, vol. 10, nº 20 (dez.2007), p. 21-34. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2007.

_____ O ensino de jornalismo frente à realidade das novas tecnologias. In: *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, págs 314-330.

16 A produtora Ciel, que tem a cantora Claudia Leitte como sócia, conseguiu, no início de 2016, autorização para captação de R\$ 356 mil, de um pedido de R\$ 540 mil, para a produção de uma autobiografia, sob alegação de que “a obra gera, neste sentido, impacto cultural positivo”. O projeto foi barrado pelo TCU e a artista desistiu de mais essa contribuição à cultura pátria.

COSTA, Carlos; OLIVEIRA, Geraldo; CHAPEL, François. “O jornalismo é o cimento da democracia” (entrevista com Dominique Wolton). *Revista Comunicare*, Volume 13 – Nº 2 – 2º Semestre de 2013, págs. 13 a 23.

COSTA, Paulo C. Jornalismo público: por uma nova relação com os públicos. *Organicom, Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas* (ano 3, número 4, 1º semestre de 2006, p. 124 a 141). Acessado em 28/6/2016. Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/59>

CHRISTOFOLETTI, Rogerio (org.). *Questões para um jornalismo em crise*. Florianópolis: Insular, 2015.

GUSMÃO, Luis. *O fetichismo do conceito*. Rio de Janeiro: Top Books, 2012.

LOPES, Fernanda L. *Ser jornalista no Brasil: Identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

McCARTHY, Tom. *Spotlight - Segredos Revelados*. Filme de 2015. Duração 129 minutos.

PARK, Robert. A Notícia como Conhecimento”. In: STEINBERG, Charles S. *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas C.; SHIGAKI, Helena B. “O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?”, in Cad. EBAPE.BR, v.13, nº 1. Rio de Janeiro, FGV, 2015. Acessado em 1/8/2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100002

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANTOS, Juliana F. “A importância do Jornalismo de Qualidade na redução de riscos e desastres”, in revista *Razón y Palabra*, vol. 17, nº 79, mayo-julio de 2012. Monterrey: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2012. Acessado em 28/6/2016. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/11_Frandalozo_M79.pdf

SIGNIFICADOS: “Significado de Jornalismo”. Disponível em: <http://www.significados.com.br/jornalismo/>, acessado em 28 de dezembro de 2015.

SILVA, Ricardo D.G. O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais. *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 12, p. 52-65, jan./jun. 2012. Acessado em 25/6/2016, disponível em: www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo-5vol12-1.pdf

SPALDING, Marcelo. “Quando custa recheir seu Currículo Lattes”, in *Digestivo Cultural*, 5/3/2009. Acessado em 15/7/2016, disponível em

http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=2749&titulo=Quanto_custa_recheir_seu_Curriculo_Lattes_5/3/2009

STYCER, Mauricio. “Série olímpica do JN expõe cinco pecados do jornalismo esportivo ‘fofo’”. Acessado em 24/6/2016. Disponível em: <http://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2016/07/24/serie-olimpica-do-jn-expoe-cinco-pecados-do-jornalismo-esportivo-fofo/>

VICTOR, Cilene. “Declarações absurdas do ministro da Educação sobre o programa Ciência sem Fronteira” in Portal NCST – Nova Central, no dia 26 de julho. Acessado em 29/7/2016. Acessível em: http://www.ncst.org.br/subpage.php?id=19385_26-07-2016_declara-es-absurdas-do-ministro-da-educa-o-sobre-o-programa-ci-ncia-sem-fronteiras

VIZEU, Alfredo. “O jornalismo e as ‘teorias intermediárias’: Cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD)”. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.html>, acessado em 28/6/2016.

Recebido em 15 de maio de 2016
Aprovado em 20 de agosto de 2016